

O *ersatz* da escravidão nas Memórias de Pedro Nava

Maria Alice Gabriel¹

The ersatz of slavery in Pedro Nava's Memoirs

El ersatz de la esclavitud en las Memorias de Pedro Nava

Resumo

O escritor brasileiro Pedro Nava conciliou literatura e história em suas *Memórias*. Este estudo se propõe expor uma coleção de relatos (auto)biográficos sobre a escravidão apresentados em *Bau de Ossos* (1972) e *Balão Cativo* (1973). O objetivo é comentar algumas questões que esses relatos fornecem sobre a escravidão e a vida dos escravos ligados à família de Pedro Nava. A análise indica que a abolição da escravidão no Brasil não alterou a vida dos escravos libertos significativamente. Muitos homens, mulheres e crianças, negros ou mulatos, continuaram a viver e trabalhar como criados e agregados em condições análogas à escravidão.

Palavras-chave: *Escravidão; Memórias; Pedro Nava.*

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos Judaicos (LEJ) da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: rgabriel1935@gmail.com

Abstract

The Brazilian writer Pedro Nava (1903-1984) conciliated literature and history in his *Memoirs*. This study aims to expose a collection of (auto)biographical accounts about slavery presented by the memoirist in *Baú de Ossos* (1972) and *Balão Cativo* (1973). The objective is to comment on some issues that these accounts reveal on slavery and the life of the slaves related to Pedro Nava's family. The analysis indicates that the abolition of slavery in Brazil did not significantly change the life of freed slaves. Many black or mulato men, women and children continued to live and work as servants and dependents in a condition analogous to slavery.

Keywords: *Slavery; Memories; Pedro Nava.*

Resumen

El escritor brasileño Pedro Nava (1903-1984) ha conciliado literatura e historia en sus *Memorias*. Este estudio se propone exponer una colección de narrativas (auto)biográficas sobre la esclavitud presentadas por el autor en *Baú de Ossos* (1972) y *Balão Cativo* (1973). El estudio tiene por objeto comentar algunos temas que estos relatos revelan sobre la esclavitud y sobre las vidas de los esclavos relacionados con la familia de Pedro Nava. El análisis indica que la abolición de la esclavitud en Brasil no cambió significativamente la vida de los esclavos liberados. Muchos hombres, mujeres y niños negros y mulatos continuaron viviendo y trabajando como criados y dependientes en una condición análoga a la esclavitud.

Palabras clave: *Esclavitud; Memorias; Pedro Nava.*

Introdução

Em 1972, quando veio a público *Baú de Ossos*, primeiro dos sete volumes das *Memórias*, Pedro Nava já edificara sólida reputação na área médica, com “mais de 300 trabalhos publicados” (ARAÚJO, 1974, p. 111). Os artigos, conferências, discursos e ensaios organizados em coletâneas como *Território de Epidauro* (1947) ou integrados a separatas da Revista *Brasil Médico Cirúrgico* formam um conjunto de textos de viés histórico-biográfico sobre a Medicina. *A Medicina de Os Lusíadas*, conferência ministrada no Real Gabinete Português de Leitura, em 1961, ilustra a versatilidade do autor ao mesclar conhecimento histórico, médico e literário.

Por sua vez, as *Memórias* relatam acontecimentos e testemunhos sobre os séculos XIX e XX, transcrevendo-os “como matéria de romance”, segundo Antonio Candido (1989, p. 60), a partir da história do cotidiano. Alguns detalhes são revestidos pela observação pessoal, em digressões significativas, nas quais se notam leituras oriundas de diversos campos das ciências. O parágrafo inicial de *Baú de Ossos* é exemplar nesse sentido. Parafraseia uma frase da carta de Eça de Queirós a Manuel Pinheiro Chagas; aborda a história do traçado do Caminho Novo, a origem e urbanização de Juiz de Fora, para incidir nos planos biográfico e autobiográfico, entrelaçados pela referência ao engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld:

Eu sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que, na sua travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de Rua Principal e ficou sendo depois a Rua Direita da cidade do Juiz de Fora. Nasci nessa rua, no número 179, em frente à Mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a Avenida Rio Branco hesitou a minha vida. A direção de Milheiros e Mariano Procó-

pio. A da Rua Espírito Santo e do Alto dos Passos. (NAVA, 1974, p. 13)

A descrição das “duas direções apontadas por essa que é hoje a Avenida Rio Branco” serve de prelúdio a considerações de teor sociológico sobre a “densa melancolia” da margem direita da Rua Halfeld e a “cidade mais alegre, mais livre” projetada em sua margem esquerda. Estudioso das artes, história e psicologia humana, um dos recursos de Pedro Nava (1974, p. 162) para reconstituir o passado é o estudo genealógico, o “gosto pelas árvores de costado”, conhecimento cultivado “do ponto de vista da zootecnia e da fuga para o convívio dos mortos”. A literatura e a documentação consultada são acrescidas do relato da experiência e da observação pessoal:

Não tenho informação de onde nem como seria, em Fortaleza, a casa importadora de meu avô Pedro da Silva Nava. Pelo seu gênero de negócio devia ser, em menor, o que era a do comerciante José Francisco da Silva Albano, feito barão de Aratanha em 1887. Essa eu conheci, em 1919, quando pertencia a seu filho João Tibúrcio Albano e era gerida por Joaquim Antônio Vianna Albano – marido de minha prima-irmã Maria de Luna Freire Albano. Nela entrei várias vezes, acompanhado de meu tio Antônio Salles. [...] Chegando ao Rio, meu avô instalou-se com casa comissária à Rua General Câmara 74. Não conheço descrição viva e curiosa das casas comissárias do Rio de Janeiro, como a que delas traçou meu tio afim Heitor Modesto de Almeida, com suas reminiscências e as de seu pai, o velho Maneco Modesto – Manoel Almeida dos Guimarães Modesto – que fora chefe de escritório e residira com a família, na que pertencera a José Antônio Moreira, Barão de Ipanema. O estudo de Heitor Modesto era resposta a um inquérito de Gilberto Freyre, feito quando da preparação de *Ordem e Progresso*. Falando da contribuição, diz esse autor: *Longa foi a resposta que nos enviou o mineiro Heitor Modesto; quase um livro. E um livro interessantíssimo*. (NAVA, 1974, p. 58-66, grifos do autor)

Por meio da análise de cadernos, datiloscritos, desenhos, entrevistas, fichamentos, recortes de jornais e outras fontes do arquivo pessoal do autor, Edina Panichi (2016) descreveu etapas, estratégias criativas e procedimentos do método composicional naviano, em que se evidencia o papel criativo da “associação de ideias”. Cabe notar ainda a associação de fontes documentais e de “reminiscências” usadas ao retratar cenas, locais, perfis biográficos e relatos do passado. *Memórias* detém posição singular no gênero autobiográfico, pois usualmente se concentram na exposição de fatos históricos, como definiu o editor e crítico português Castelo-Branco Chaves:

Não consistem as Memórias, apenas, em confissões subjectivas; não são meras autobiografias, tão-pouco, porque nas Memórias, exatamente como na vida, os factos individuais e até, em parte, os sentimentos e paixões estão inscritos nos factos históricos e sociais que lhes condicionam as manifestações. (CHAVES, 1978, p. 7)

Em termos similares à reflexão de Castelo-Branco Chaves, a entrevista à revista *Veja*, em 17 de abril de 1974, traz esta declaração de Pedro Nava (1974, p. 4) sobre sua perspectiva autoral: “Na reconstituição de Memórias – como eu digo no próprio livro –, nós levamos para o passado um lastro de presente que corrompe a nossa lembrança. Não sou historiador, sou memorialista. Trato de fatos que tenho a liberdade de interpretar porque fui participante deles”. A liberdade de interpretar e a qualidade da escrita, referiu Castelo Branco Chaves (1978, p. 8), creditam estilo literário às memórias: “Estas, escritas geralmente no fim da vida do autor, iludem bastas vezes pelas miragens do passado que são em muitos casos, tão enganosas como as do futuro”.

Na escrita de Pedro Nava, conforme analisaram Edina Panichi e Miguel Contani (2003, p. 83): “A utilidade de construir registros pode ser constatada quando da redação dos originais, terceira fase da escritura, em que se observam, com clareza, as alterações efetuadas”. Tais registros são indicativos do trabalho de aprimoramento estético do texto e da pesquisa histórica destina-

da a reconstituir episódios vividos: “No questionário elaborado para compor o quarto volume de Memórias de Pedro Nava, encaminhado aos contemporâneos constam 24 nomes para pesquisa”, de acordo com Panichi e Contani (2003, p. 49). Os questionários de respostas eram arquivados, assim como todo material considerado, direta ou indiretamente, partícipe da história familiar. A origem do projeto das *Memórias* vincula-se ao desejo de narrar essa história, como revelou o escritor bissexto ao ser entrevistado por Panichi, em 8 de setembro de 1983, no Rio de Janeiro:

Quando senti que estava entrando nesse caminho de ficar só, analisando bem, pensei: o que é que vou fazer quando ficar velho, se estiver com a cabeça funcionando direito? [...] E resolvi fazer uma literatura de velho, que não tinha ideia de expandir. Escrevi como distração, para meus irmãos, coisas que eles não sabiam, mas eu sabia, sobre minha família. Escrevi meu primeiro livro e resolvi mostrar os originais a algumas pessoas que viviam insistindo comigo para escrever Memórias [...] E eu tinha dentro da cabeça aquela tentação. [...] Foi dessa maneira que fui para a memória. (NAVA, 2003 [1983], s. p.)

Referido nas *Memórias*, o arquivo familiar de Pedro Nava possui documentos – cartas, cadernos pessoais, livros de contas (os chamados livros de “deve e haver”), inventários e testamentos – que se relacionam à história da escravidão, dos recém-libertos e seus descendentes. Tais fontes aludem, sobretudo, a episódios que envolvem D. Maria Luísa da Cunha Pinto Coelho Jaguaribe: “Minha avó materna fazia anotações até em livros de despesas caseiras. Escrevia os números e de vez em quando fazia uma observação, a maioria impertinente, esculhambando com os vizinhos, ou até com o meu pai” (DINES; ZIRALDO, 1981, p. 11). Além de escritos domésticos relativos à escravidão, como livros de contas, Pedro Nava (1974, p. 133) cita, por exemplo, os documentos de um processo em que “[...] são avaliados os escravos nascidos depois do óbito da primeira mulher de Halfeld: aí se menciona uma peça de 18 anos. Isto

em 1858.” Henrique Guilherme Fernando Halfeld (1797-1873) foi o primeiro marido de D. Maria Luísa. Desse modo, as *Memórias* conduzem a um arquivo propício à pesquisa histórica sobre a escravidão.

Nas páginas que abrem as *Memórias*, escreveu Pedro Nava (1974, p. 17): “Sobre as famílias de meus pais e da enorme influência que elas tiveram em mim, muito terei que falar”. Na história familiar do autor, entre fins do século XVIII até a segunda década do século XX, verificam-se diversas alusões à escravidão negra. Este estudo faz uma sùmula das informações reunidas em *Baú de Ossos e Balão Cativo* (1973) sobre o tema, com o objetivo de expor o que as informações de Pedro Nava revelam sobre a rotina de escravos e ex-escravos no convívio com sua família. Neste estudo, o contributo das *Memórias* justificar-se-ia, em parte, sob a ótica da “história vista de baixo”, que permite, segundo James Sharpe (1992, p. 41), “[...] explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história”.

Nem “todos estavam de acordo quanto ao problema dos escravos”

Memórias abordam fatos históricos sob peculiar viés autoral, permeável a enfoques diversos e simultâneos, conforme o autor adote o papel de biógrafo, cronista, historiador, literato, médico ou sociólogo. O memorialista pode narrar suas experiências e as de pessoas próximas, sem reivindicar autoridade idêntica à da historiografia oficial. Esta confluuiu, em certas épocas, como durante a Guerra do Paraguai, com a produção de uma literatura memorialística (cartas, diários, escritos publicistas, informes de correspondentes, de oficiais em campo de batalha, memórias e memoriais biográficos) que refere um mesmo tópico a partir de locais, objetivos e pontos de vista diferentes. Pedro Nava costuma integrar fontes, explorando a imaginação e a memória

associativa, as quais conduzem ao dado histórico da memória voluntária no seguinte excerto:

Essa sempre procrastinada viagem, se não a faço com o corpo, realizo em imaginação. Desde menino, quando, de tanto ouvir falar em Ceará e Maranhão, eu enchia cadernos e cadernos do desenho de navios inverossímeis [...] É sempre na mezena mais alta de um deles que levanto minha flâmula e orço para o setentrião – quando certos sons, certas sílabas e certos nomes mágicos abrem para mim os caminhos do oceano. Ilha, rei, São Luís Rei. Ou então, mar, amar, aranha, arranhão – que se entrelaçam e emaranham na graça da palavra Maranhão. E mais a sombra de Sinhá Graça que, menino, eu vi passar toda de negro. E ainda, Heráclito Graça, Graça Aranha... Quando tudo isto me dá a chave dos mares, vou ter inevitavelmente às baías de São Marcos e de São José e com meu companheiro de curso, Roberto Avé-Lallemant, chego a São Luís (que ele chamou de resplandecente e achou parecida com Funchal) naquele ano de 1859 – quando ela era a quarta cidade do Brasil, quando meu avô e Totó Ennes adolesciam e quando eu não tinha idade na antecipação do Tempo [...] vindas da missa de São Tiago, de São Pantaleão, da Catedral, passam as mulatas, caboclas, negras e puris descritas pelo viajante [...] Na cabeça, o pente “como uma torre”. (NAVA, 1974, p. 22)

“O cabelo grande-tranças, cocós, cabelo solto, penteados elaboradíssimos, seguros ou completados por pentes, que na primeira metade do século XIX, com os nomes de ‘tapa-missa’ e ‘trepa-muleque’, atingiram no Brasil a formas bizarras e a tamanhos incríveis”, de acordo com Gilberto Freyre (1996, p. 96-98), não representavam apenas um artifício estético feminino, “[...] para melhor ajustamento de sua figura aos interesses do sexo dominante e da sociedade organizada sobre o domínio exclusivo de uma classe, de uma raça e

de um sexo”. Citando James Wetherell, que atuou como vice-cônsul britânico na Bahia, de 1843 a 1857, Freyre comentou a relação entre a posição social e certos “privilégios” no cuidado com a aparência no século XIX:

Wetherell notou na Bahia da primeira metade do século XIX – e registra o fato à página 126 de suas *Stray Notes* – que as mulheres de cor da época geralmente traziam os cabelos cortados e cobertos com turbantes: moda que lhe pareceu expressão de asseio num país em que dominava o piolho nas cabeleiras até de senhoras aristocráticas, que por ostentação de classe alta e também de belo sexo, conservavam-nas tão compridas quanto lhes era possível. As negras crioulas e as mestiças é que, de ordinário deixavam crescer o cabelo, como para demonstrarem que estavam acima da condição de usarem turbante. [...] Quanto aos cabelos, repita-se que os negros forros, os caboclos e os mulatos livres se esmeravam quase tanto quanto os brancos em trazê-los bem penteados e luzindo de óleo de coco, os homens caprichando quase tanto no penteado como as mulheres; os adolescentes de colégio quase tanto quanto os desembargadores. Até negros fugidos surgem excepcional e escandalosamente dos anúncios de jornais com “cabelo cortado à francesa” e “barbas à nazarena”. Deviam ser escravos privilegiados. (FREYRE, 1996, p. 100-101)

Um episódio ocorrido no início do século XX, no sobrado de D. Maria Luísa, em Juiz de Fora, envolvendo Clarinda, agregada da avó materna de Pedro Nava (1977, p. 5), recordada como “[...] uma mulatinha quase branca, cabelo bom, perfil fino e corpo vibrante”, ilustra o privilégio social de se ostentar certa aparência num ambiente escravocrata: “Teria seus catorze ou quinze anos [...] gostava de entremear as tranças com cravinas e folhas de manjerição – mas logo a Inhá Luísa lhe esgadanhava os cabelos para acabar com aquelas faceirices. Te ensino, sem-vergonha! Te raspo essa cabeça piolhenta...” (NAVA, 1977, p. 5), Recordação de infância, o testemunho revela determinado perfil feminino entre as senhoras de sobrado da família, que se distanciam do ideal

de “[...] uma beleza meio mórbida. A menina de tipo franzino, quase doente. Ou então a senhora gorda, mole, caseira, maternal”, conforme definiu Gilberto Freyre (1996, p. 93) ao analisar as representações ideais da mulher na sociedade “do tipo patriarcal-agrário”.

Centrando-se em certo período de tempo, evento ou pessoa recordada pelo autor, *Baú de Ossos* alterna passagens autobiográficas e biográficas. À falta de documentos e informações, por vezes a definição de um retrato sintetiza um caráter e o estilo de vida de uma época, compondo uma microbiografia, a exemplo do excerto relativo à avó de Antônio Ennes de Souza (1848-1920):

Ignoro o nome da matrona que teve como filhos o neto e seu primo. Mas lembro bem sua figura no quadro a óleo da sala de visitas de Ennes de Souza – que eu seria capaz de repintar de cor. Vejo claramente como se estivessem saindo agora, vivos, da moldura oval – o rosto e o busto meio virados para a esquerda. Vejo o pescoço curto, o porte imperioso da cabeça, os bandos grisalhos realçados pelas rendas pretas da capota de viúva. Vejo todos os traços que compunham sua cara quadrada de tapuia já bem diluída e praticamente branca. Vejo o fichu traçado no peito e preso por um camafeu. E mais, o ar a um tempo enérgico, levemente irônico, autoritário e cheio da tranquila segurança da senhora dona bem instalada nas suas sedas, nas suas alfaias, no conforto do seu sobrado, no respeito de suas negras e na consideração de sua paróquia. (NAVA, 1974, p. 25)

“Um fato deixa entrever uma vida; uma palavra, um caráter. Mas que constância prodigiosa é preciso para semelhante recriação. E que experiência...”, justifica Pedro Nava (1974, p. 41), em uma das inúmeras digressões nas quais explica seu método de trabalho ao partir de “lembranças fragmentárias” para “tentar a recomposição de um grupo familiar desaparecido”. Curiosamente, é por meio do plano biográfico de alguns perfis femininos que o memorialista fornece a maior parte das informações sobre temas ligados à escravidão, até

mesmo sobre o tráfico de escravos, a exemplo da história de um tio-avô da avó paterna, D. Ana Cândida Pamplona da Silva Nava, “[...] mas ela própria não sabia bem se se tratava de um irmão de Dona Chica do Aracati ou de seu marido João Tibúrcio Pamplona, de Dona Antônia Teresa da Costa Barros, ou de seu marido Manuel Joaquim Palácio” (NAVA, 1974, p. 52). Esse parente, cuja memória era “assunto tabu” e “legenda cochichada”: “Sumira um dia e regressara anos depois, atochado de dobrões e falando escancaradamente como os ganhara – correndo mares e vendendo negros”, fato que “desmoralizara a família”, segundo Pedro Nava (1974, p. 52). D. Maria Luísa, a “Inhá Luísa”, e D. Irifila ou Erifila Rosa Pamplona são perfis biográficos femininos relacionados ao período da escravidão à época colonial e às consequências da abolição no início do governo republicano:

Já que se tratou de Dona Irifila, vamos logo a ela para que seu vulto ominoso se me espanque da lembrança. Era casada, como já se viu, com o Comendador Iclirérico Narbal Pamplona, dos irmãos mais velhos de minha avó paterna, pois nascera no Aracati a 14 de outubro de 1830. Ninguém compreendia o seu casamento. Ele era alto, desempenado, elegante, cheio de calma e distinção. Sua mulher era baixota, atarracada, horrenda, permanentemente irritada – de alma amarga e boca desagradável. [...] Essa Irifila – que tinha títulos para figurar entre as megeras da família de minha avó materna – era uma presença aberrante na de minha avó paterna, onde as mulheres eram doces, laboriosas, submissas, modestas, de lágrima fácil, prontas a calar e de bondade imensa. [...] Não gostava de receber e, quando era constrangida a isto, fazia-o com ostentação e grosseria. Na sua casa do Rio de Janeiro (que ficava à Rua Farani, em Botafogo), no meio da seda dos seus reposteiros, dos seus tapetes, dos seus espelhos, dos seus jacarandás, dos seus brocados, das suas porcelanas e dos seus lampiões Carcel – suas palavras batiam duras como calhaus, diretas como tiros, incisivas como machadadas. (NAVA, 1974, p. 29)

A reconstituição do lar dos Pamplona corrobora o retrato de alguns traços da personalidade de D. Irifila, e sugere, indiretamente, a situação das pessoas encarregadas dos afazeres domésticos, que figuram, na descrição de Pedro Nava (1974, p. 29-30), como extensão da opulência da casa:

“Terminadas as partidas, vinham as negras – duas para cada bandeja de prata – com o chá, o chocolate, as garrafas do vinho, a frasqueira dos licores, o pinhão de coco, as mães-bentas [...] e tudo quanto é bolo da doçura luso-brasileira”. É oportuno lembrar que a família paterna do memorialista relaciona-se à história do movimento abolicionista no Ceará e não teria escravos:

Finalmente, o debate sobre o que faziam, o que não faziam as criadas. Eu disse criadas – criadas domésticas, criadas de servir, criadas pagas, pois nunca ouvi falar que mesmo os mais abastados da gente burguesa e cidadina de Meu Pai tivessem tido escravos em suas casas. O nosso meio familiar, muito antes de 88, já estava expurgado dos defeitos de sensibilidade e desvios da moralidade que o cativo e os cativos distinguem sobre os senhores. (NAVA, 1974, p. 56)

A questão dos “defeitos de sensibilidade e desvios da moralidade que o cativo e os cativos distinguem sobre os senhores” é abordada por sob vários aspectos por Freyre, que distinguiu, em um modelo social em vigor até o século XIX, os “excessos de despotismo exercido” sobre “subordinado” e “subserviente”. Segundo Freyre (1996, p. 71), a família podia reproduzir entre seus membros esse despotismo: “Através dos castigos e humilhações de que o folclore guarda reminiscências dramáticas, ao lado da documentação oferecida por autobiografias e memórias”.

A união de Iclirérico e Irifila, embora pareça paradoxal, faz pensar como parte da população conciliou valores do sistema escravista arcaico aos novos interesses que a transição do regime monárquico ao republicano impôs à sociedade, que se urbanizava segundo um modelo europeu:

Na casa apalacetada [...] a conversa requeria as cautelas do pisar em ovos. Porque o Comendador fosse monarquista, mas abolicionista, a mulher era tão escravocrata quanto Martinho Campos e mais republicana que o Quintino Bocáiuva – de quem dera para se dizer parenta, não se sabia bem como. E cobria de impropérios a Família Imperial falando sem rebuços da forretice do Conde d’Eu e da fortuna que ele acumulava à custa de explorar tudo quanto era cortiço e publicau da cidade; referindo-se sem delicadeza ao cambeteamento da Imperatriz; comentando sem reserva as assiduidades do Imperador junto à Sinhazinha do Quissamã e contando da cabeçada que o mesmo Augusto Senhor dera num poste da Quinta da Boa Vista, de tanto se virar para trás, para não perder de vista certa divina mulata que passava. (NAVA, 1974, p. 73)

D. Ana Cândida Pamplona da Silva Nava (Nanoca), viúva de Pedro da Silva Nava (1843-1880), avó paterno do memorialista, é uma das fontes de primeira mão para as informações sobre os colóquios durante os serões na “casa apalacetada” do Comendador Iclirérico Narbal Pamplona. Pedro Nava (1974, p. 41) visitou a avó no Ceará, com Antônio e Alice Nava Salles, em 1922: “Para compor os quadros de minha família paterna tenho o que ouvi de minha avó, de meus tios-avós Itrício e Marout, das irmãs de Meu Pai, de algumas primas mais velhas”. Os relatos colhidos, junto com retratos, genealogias, cartas, cadernos de datas do avó Pedro da Silva Nava e do tio Antônio Salles, além de anotações de Alice Salles, foram organizados em arquivos que deram forma às biografias nas quais se vislumbram opiniões diferentes em um mesmo grupo. A data do casamento de Pedro da Silva Nava e Ana Cândida Pamplona, unidos em matrimônio a 1.º de fevereiro de 1871, indica a época aproximada deste episódio, ocorrido em Fortaleza:

Foi assim numa noite em que o Comendador conversava com meu avô, recém-casado na família e seu cunhado de pouco. Justamente o Iclirérico e o Itrício enfro-

nhavam-no na rede dos parentescos dos avós dos dois e na trama formada pelos Rodrigues, Pamplonas, Barros e Palácios, quando a Irifila veio se chegando em roscas moles que de repente enlaçaram o marido-Laoconte e estalaram-lhe os ossos com o arrocho da pergunta terrível: “Lequinho, você já explicou a Pedro Nava de que quartel de sua família saiu o tio negreiro? O Comendador tentou um sorriso que mais parecia a contração de um choro sem lágrimas, engasgou-se no meio da frase, ficou calado e todo trêmulo. [...] A história desse bandido familiar era assunto tabu. (NAVA, 1974, p. 52)

No final da década de setenta do século XIX, em Fortaleza, a alforria dos escravos seria motivo de consenso no gabinete do notário Joaquim Feijó de Melo (1836-1917). “Militante histórico da imprensa da terra e homem de espírito”, segundo Pedro Nava (1974, p. 82), Feijó estava a par das ideias da Sociedade Abolicionista Cearense, composta por nomes de expressão social. Leonel Nogueira Jaguaribe (1857-1886) era médico; assim como Ildefonso Corrêa Lima (1860-1911); José Onofre Muniz Ribeiro (1855-1903) diplomou-se médico em 1887, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde foi membro da Libertadora da Escola de Medicina (GERSON, 1975, p. 272); Francisco Dias Martins (1862-1937) tornou-se médico em 1886 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (BROTTERO, 1951, p. 173); e João Adolpho Herbster (1823-1896) notabilizou-se como famoso arquiteto de Fortaleza. Sobre Francisco Alves Vieira (1855-1933), fez notar o Barão de Studart (1910, p. 264) que: “Tomou parte activa na campanha abolicionista e foi o promotor da ‘Sociedade Abolicionista Cearense’ que com outros fundou. A sua sessão inaugural realizou-se em uma casa da rua da Misericórdia e desde a instalação occupou elle o cargo de 1ª Secretario”. Antônio Martins (1945, p. 157) definiu sua atuação como: “Destacado funcionário do Ministério do Exterior. Cônsul geral de primeira classe e cônsul do Brasil em Londres”. Já o “[...] denodado abolicionista e distinto cearense, tenente Manuel Joaquim Pereira, um dos fundadores da Confederação” Abolicionista, seria mencionado na *Gazeta da Tarde*, “proprie-

dade e redação de José do Patrocínio”, em circular publicada na 1ª edição de terça-feira, 25 de novembro de 1884, no Rio de Janeiro (A CONFEDERAÇÃO, 1884, p. 1). Nas reuniões familiares em que se debatiam questões sociais, D. Irifila parece ser a única figura a transpor os limites da “roda das senhoras, em casa do Feijó”:

A palestra havia de ser mais viva no gabinete do Feijó entre ele, seus cunhados Iclirérico, Cândido, Itrício, Flávio, Durval, Frederico; seus concunhados José Pinto, Peregrino Arruda, Pedro da Silva Nava; seus tios afins José Nunes, Amaro Souto, Gonçalo Souto e Joaquim Antônio da Silva Ferreira. Tudo ia bem quando se cuidava de negócios, de genealogia, de velhos casos do Aracati, de lembranças da Guerra do Paraguai. Também todos estavam de acordo quanto ao problema dos escravos e eram, sem exceção, pela alforria e formavam na “Sociedade Abolicionista Cearense”, ao lado de Leonel Nogueira Jaguaribe, Ildefonso Corrêa Lima, José Onofre Muniz Ribeiro, Francisco Dias Martins, Adolpho Herbster, Francisco Alves Vieira e Manuel Joaquim Pereira. Já a ideia da República provocava discussões porque o Lequinho, o Feijó, o Zé Nunes, os dois Soutos, o Quincas Ferreira, o Flávio eram monarquistas enquanto o Candinho, o Itrício, o Durval, o Frederico, o Peregrino e meu avô eram republicanos. A Irifila também, para perseguir o marido. (NAVA, 1974, p. 56-57)

Se as convicções políticas de D. Irifila e do Comendador eram dissonantes na família, entre os nomes da Sociedade Abolicionista Cearense cabe ressaltar o de Ildefonso Corrêa Lima, filho homônimo do fazendeiro e major da Guarda Nacional Ildefonso Corrêa Lima (1828-1876) e de Dona Fideralina Augusto Lima (1832-1919), figura de reputação legendária na crônica social, história política e imaginário popular. Segundo Studart (1910, p. 336): por meio de Ildefonso Correia Lima, as Sociedades Abolicionistas do Rio de Janeiro ofertaram à “Camara Municipal de Fortaleza como brinde um artistico bronze com-

memorativo da Libertação” dos escravos. “Em março de 1884, diante da Abolição da Escravatura no Ceará, Dona Fideralina não se fez de rogada: alforriou alguns de seus escravos e os exibiu para a burguesia urbana da futura cidade de Lavras, que caminhava [...] para a sua transformação política e social”, expôs Dimas Macedo (2018, p. 61), acrescentando que, entre os cativos libertos por D. Fideralina constava um “[...] escravo loiro e de olhos azuis, talvez de ascendência holandesa, o qual se transferiu para o Rio de Janeiro, após a alforria, e ali se tornou artesão” (MACEDO, 2018, p. 61). Relatos populares sobre a matriarca e seus escravos foram reunidos por Rachel de Queiroz e Heloisa Buarque de Hollanda em *Dona Fideralina de Lavras* (1990). O jornalista Thiago de Menezes afirmou ter pesquisado histórias sobre as atividades envolvendo os escravos pertencentes ao Sítio do Tatu:

Proprietária de alguns sítios, todos situados na região árida e pobre, intermediária entre o Sertão Seco e a rica área verde do Cariri, a família Augusto vivia no Sítio do Tatu, onde imperava a agricultura de subsistência e engenho. Era uma propriedade comum à época: casa grande com alpendre, açude, engenho, uma fileira de casas de taipa para os negros; seria uma das únicas da região a ter uma capela. Na verdade, trata-se da área de maior concentração de escravos nos sertões, a ponto de existirem quadrinhas abordando essa estranha concentração: – “*Caraíba é prata fina / Sussuarana, ouro em pó/ Xique Xique é mala veia / e o Tatu é negro só*” e “*O Tatu para criar negro/ Sobradim prá criação/ São Francisco para fuxico/ Calabaço prá algodão*”. Talvez, segundo alguns escritores, o grande número de escravos no Sítio do Tatu se dava ao fato de Fideralina possuir um grupo de escravas que eram usadas como parideiras de moleques, que após algum tempo eram vendidos ao aparecer comprador. (MENEZES, 2015, p. 316, grifos do autor)

O escritor e jornalista Joaquim Lobo de Macedo – Joaryvar Macedo – recordou ter ouvido, em Lavras da Mangabeira, relatos de Antônio Pretinho, antigo

serviçal do Sítio do Tatu. Embora não tenha relação direta com as *Memórias* navianas, a lealdade de Antônio Pretinho à memória de D. Fideralina sugere como podiam ser complexas as relações entre o escravo e seus senhores:

Escravo de Dona Fideralina, mesmo depois de forro permaneceu no Tatu e nunca deixou de ser de fidelidade a toda prova a sua ama, a quem chamava, também, Dindinha, como os familiares dela. Era um dos homens sempre em estado de alerta para o manuseio da arma, a qualquer momento, a respeito da respeitável senhora e dos seus interesses. (MACEDO, 1988, p. 67)

Analisando a origem e as consequências da crise institucional da escravidão no Brasil, Thiago Campos Pessoa (2017, p. 469), escreveu que o fim do tráfico atlântico e a aprovação da Lei do Ventre Livre pressionou “os grandes potentados, senhores de imensas escravarias na década de 1870”, a redimensionar o alcance socioeconômico de “[...] seu próprio domínio, que, apesar de não seguir mais assentado na propriedade jurídica sobre o trabalhador, tentaria manter as margens de domínio e controle social sobre a geração nascida após 28 de setembro de 1871”. Após esta data, as escravarias de grandes fazendeiros visavam o aumento da população escrava e de seus descendentes nascidos livres para atender as demandas do mercado interno. Escravos eram propriedades que geravam riquezas e estas asseguravam posições políticas influentes às lideranças locais. Situação análoga é exposta por Dimas Macedo, biógrafo de Dona Fideralina:

Bastante conhecida pelo criatório de escravos no sítio que lhe serviu de refúgio e cidadela – o Tatu [...] Dona Fideralina – registre-se em defesa de sua memória – parece que não tratava mal os seus escravos, tal como outros latifundiários da sua região [...] Dona Fideralina e a oligarquia por ela comandada se fizeram expressões de relevo em todo o Ceará, entre meados do século dezenove e as primeiras décadas do século seguinte. [...] Histórias sobre Dona Fideralina ou *Histórias do Tatu*, como quer o

seu descendente Emerson Monteiro, é o que não faltam entre os habitantes da sua região, contando-se entre elas, a desventura do preto Luís, filho de um dos seus escravos, o qual teria tomado banho numa cacimba destinada à serventia pessoal da velha matriarca, sendo por isso açoitado, de tal forma, que decidiu não mais se banhar enquanto viveu. (MACEDO, 2018, p. 72-114)

Com “a abolição precoce da escravidão negra do Ceará”, observou Airton de Farias (2004, p. 212), aqueles “[...] mesmo senhores das elites e da classe média que abraçaram euforicamente o movimento, não se preocuparam em dar condições aos ex-cativos de ascensão social”, logo, os interesses dos setores dominantes e a condição dependente dos libertos foram preservados, segundo alegou Farias: “Sem instrução, trabalho e vítimas do racismo, permaneceram os negros à margem da sociedade. Muitos apenas deixaram a condição de escravos para virarem agregados e empregados – com salário de fome – dos ex-donos”. Assim, o destino e a educação das crianças que descendiam diretamente de escravos libertos continuavam incertos. “Crias da casa” é o termo com que eram designados os filhos de escravos e, após 1888, os órfãos e renegados que se mantiveram sob a tutela de famílias abolicionistas ou escravocratas. Na seção seguinte deste estudo, analisam-se episódios das *Memórias* exemplares de situações, nos séculos XIX e XX, que respondem a critérios e exigências fixados pelo regime escravocrata.

“Os escravos e escravas da casa”

Quadro análogo ao discutido por Airton de Farias (2004), descrevendo o convívio familiar com escravos e descendentes da escravidão, encontra-se reproduzido nas *Memórias* de Alice Dayrell Caldeira Brant (Helena Morley). Os fatos sucedem em Minas Gerais, no final do século XIX:

Eu gosto de ver como os negros da Chácara são felizes.
Mamãe diz que quando vovô morreu, cada filho (eram

doze) ficou com os escravos de sua estimação e vovó trouxe os outros, que eram uns dez ou doze, quando se mudou para Diamantina. Como não havia que fazer para eles e vovó nunca vendeu nenhum, pôs os negros na horta e as escravas ficaram fazendo renda e trocando pernas pela casa. Eu ainda me lembro de quando chegou a notícia da Lei de Treze de Maio. Os negros todos largaram o serviço e se juntaram no terreiro, dançando e cantando que estavam livres e não queriam mais trabalhar. Vovó, com raiva da gritaria, chegou à porta ameaçando com a bengala e dizendo: “Pisem já de minha casa para fora, seus tratantes! A liberdade veio não foi para vocês não, foi para mim! Saiam já!” Os negros calaram o bico e foram para a senzala. Daí a pouco veio Joaquim Angola em nome dos outros pedir perdão e dizer que todos queriam ficar. Vovó deixou, e os que não morreram ou casaram estão até hoje na Chácara. Também com a vida que eles levam... (MORLEY, 1973, p. 167)

Com relação às *Memórias* navianas, para esclarecer alguns aspectos do sistema escravagista que subsistiram aos processos culturais, econômicos e sociais vinculados à Abolição, é preciso descrever como eram tratados os escravos na família de Luís da Cunha (1806-1885), pai de D. Maria Luísa, avó materna do escritor. O episódio que ilustra o tipo de educação que o regime doméstico dessa família proporcionava aos escravos ocorreu em 1855, “[...] data de um crime que deixou lembrança nos anais judiciários de Minas”, recordou Pedro Nava (1974, p. 114). O assassinato de uma “odiosa sinhá, cruel e sádica”, condenou à forca duas escravas: “No dia da execução, Luís da Cunha e seus filhos Luís, de vinte anos, e José Luís, de dezessete, armados de tala, levaram os escravos e escravas da casa para assistirem, de joelhos, ao enforcamento das negras e ficarem bem humildes e bem escarmentados” (NAVA, 1974, p. 116). Luís e José Luís não perpetuaram, oficialmente, a descendência de Luís da Cunha, afirmou Pedro Nava (1974, p. 119): “Já disse que tio Luís [...] não teve filhos. Os que teve eram filhos das ervas, como os de seu irmão José Luís, que morreu solteiro”. No entanto, teriam perpetuado a conduta do pai:

Meus tios-avós, Luís, José Luís e Júlio, filhos do Luís da Cunha – todos tiveram seus bastardos [...] Tio Modesto José, irmão do Luís da Cunha, não desmerecia e, a propósito deste último, do avô, minha Mãe contava o vexame porque passara em Juiz de Fora quando, recém-casada, pelo braço de meu Pai, se amostrava um dia, pela Rua Direita. Na esquina da Imperatriz pararam para falar com nosso primo José Alves da Cunha Horta (Juca Horta), que estava em companhia de um mulatão grisalho e de olhos d'água. Sinhá Pequena, que salvara o homem de cor como que do alto das nuvens, quase caiu das ditas ao ouvir o Juca mandar que ela tomasse a bênção, ali, ao tio dela. Que tio? Este aqui, apontou o primo às gargalhadas – este aqui! que é filho do Padrinho e da Bárbara; irmãozíssimo da Inhá Luísa. *Padrinho* era o nome dado ao Luís da Cunha pelos netos, filhos de tia Regina. Bárbara era a inevitável mulata, sua escrava. (NAVA, 1974, p. 153, grifos do autor)

Considerados ilegítimos, os “filhos das ervas” podiam ser filhos naturais de homens livres com escravas e ex-escravas, os quais usualmente não desfrutavam dos mesmos vínculos familiares e prerrogativas que os “filhos d’algo”. De acordo com Adriana Dantas Reis (2012, p. 30): “[...] poderia ser extremamente desvantajoso para os homens livres proporcionar mobilidade e acesso a bens a libertos ou livres de cor bastardos”, posto que, se os filhos ilegítimos logravam ascender ao mundo dos homens livres, nem sempre tal acesso garantia a manutenção dos bens herdados. Dados sobre as lavouras cafeeiras do Vale-Oeste Paulista apontam que a maioria das crianças nascidas da união entre brancos e negros representaria mão de obra absorvida pela escravidão:

Rio Claro, em 1872, contava com a presença significativa de mulatos em mais de ¼ da escravaria, grupo “quase inexistente entre 1822 e 1835”; além de uma ampla expansão dos crioulos entre 1835 e 1871, que saltaram de 42,9% para 82,5% da população escrava em 1872. No mesmo ano, para cada 100 cativas entre 16 e 60 anos,

havia 55,5 crianças, sendo esse número mais que o dobro (128,5) entre as mulheres tidas por mulatas. (PES-SOA, 2017, p. 484)

Era comum que os filhos naturais e suas mães escravas fossem alforriados e tornados herdeiros somente após o cumprimento do testamento que os beneficiava. Entre os pais que reconheciam legalmente filhos ilegítimos, segundo Reis (2012, p. 30): “São inúmeros os homens livres que, em testamento, legitimaram ou instituíram como seus herdeiros os filhos tidos com mulheres escravas ou libertas e livres de cor”. Reis (2012, p. 26-27) referiu o caso do testamento datado de 1814, na Bahia, documento no qual Francisco de Mera, homem branco, natural da Galícia, admitia ter tido com “[...] Cecília Maria do Sacramento, mulher preta da nação angola, sem filhos [...] mais de 16 anos de ‘comunicação ilícita e por desencargo da consciência e estar vivendo com ela de portas adentro’ a instituíra como universal herdeira”. As uniões desse feito eram motivo de escândalo na sociedade colonial e o bisavô de Pedro Nava, após a viuvez, viveu com uma escrava, a quem não se sabe se teria legado somente a alforria:

Mas voltando à chácara do Luís da Cunha, falemos, da fruta mais doce – da que ele defendia mais asperamente dos filhos e dos netos. Dos netos mesmo, que adolesciam fervendo no mesmo sangue dele e dos dele. Safadões... Quem quiser mulher que procure. Vá se arranjar pra Rua do Sapo ou comprar das negrinhas do Monte Mário. Eu é que não sustento puta pra menino! A puta-fruta era uma mulata que ele alforriara e instalara no fundo dos terrenos de sua casa, num casebre que dava para os caminhos do morro. Para consolá-lo da viuvez e da velhice. Ai! Chamava-se Laura [...] Por isso é que ele queria morar sozinho, salvando as aparências. (NAVA, 1974, p. 166)

O excerto agrega referências significativas à prostituição, que no período colonial não deixava de ser uma alternativa para escravas crioulas, negras e

mulatas obterem alforria. Reis (2012, p. 18-20) analisou o testamento, ditado em 1766, por Bárbara de Oliveira, crioula forra, moradora da Vila de Sabará: “[...] é provável que uma das maiores fortunas encontradas entre testadores libertos das Minas Gerais tenha sido formada graças à prostituição, talvez da própria testadora e, também, de suas escravas”, entre as quais havia: “[...] duas negras de nação courana; seis crioulas adultas, duas mulheres adultas sem identificação de ‘qualidade’; três meninas ‘cabrinhas’; três ‘mulatinhas’”. Júlio José Chiavenato (1986, p. 138) notou que muitas meninas escravas: “De crianças, aos 15 e 16 anos eram dedicadas à prostituição. Não raro eram as sinhazinhas respeitáveis que enviavam essas meninas às ruas para prostituírem-se”. Em Juiz de Fora, segundo Pedro Nava (1974, p. 130) a zona de meretrício localizava-se na Rua do Sapo: “Nela se abrigavam as biraias autóctones e as zabaneiras que vinham do Rio em diligência”.

As *Memórias* de Daniel de Carvalho (1961, p. 25) mencionam “pontos pitorescos dos arredores de Barbacena, como o Monte Mário”. É possível que as “negrinhas do Monte Mário” referidas nas *Memórias* navianas fossem meninas escravas. Consoante Luciano Figueiredo (2012, p. 48): “[...] seria quanto às mulheres escravas que a prostituição mostraria sua face mais cruel. A exploração sobre cativas envolvia o trabalho regular e se expandia à exploração sexual, chegando ao próprio corpo da escrava”, sobretudo das escravas de ganho ou negras de tabuleiro:

A prostituição das escravas, rendendo em favor dos proprietários, foi garantida pela própria Constituição de 1824, através do seu artigo 179. Joaquim Nabuco conta o esforço de um oficial de polícia que pretendeu (em 1871) libertar escravas prostituídas e que foi tolhido pela Justiça, lembrando que, mesmo caracterizado o proxenetismo do senhor, a escrava não ficaria livre “porque o artigo 179 da Constituição do Império garantia a propriedade em sua plenitude”. (CHIAVENATO, 1986, p. 139)

“Luís da Cunha Pinto Coelho Vieira Taveira de Souto Maior e Felgueiras – tropeiro no Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais”, segundo dados biográficos fornecidos por Pedro Nava (1974, p. 151), não ignoraria a condição das “negrinhas do Monte Mário”. Laura de Mello e Souza (2006, p. 222) expôs que: “[...] locais de passagem de tropas, como a atual Barbacena, abrigaram um número especialmente alto de prostitutas e de ‘casas de alcouce’”, informação partilhada igualmente por Figueiredo (2006, p. 157): “Entre as cidades com alguma fama por abrigar mais abertamente prostitutas estava Barbacena”. Na segunda década de oitocentos, Auguste de Saint-Hilaire (1974, p. 40) escreve que, com “[...] várias lojas bem sortidas, diversas vendas e algumas estalagens [...] Barbacena é célebre entre os tropeiros, pela grande quantidade de mulatas prostitutas que a habitam e entre as quais deixam os homens o fruto do trabalho”.

A história de Luís da Cunha coincide com o período de urbanização da Zona da Mata Mineira, impulsionada pelo cultivo do café em grandes propriedades, como a Fazenda do Registro, perto de Barbacena, e a Fazenda da Piedade, pertencentes a Marcelino de Brito Pereira de Andrade (1827-1905), “Visconde de Monte Mário, cidadão conceituado, de considerável fortuna”, como definiu João Camilo de Oliveira Torres (1980, p. 1066). Dono de terras e escravos, influente na política imperial, o Visconde de Monte Mário liga-se ao passado de Barbacena e Juiz de Fora:

Grandes fazendas, com grande colheita de café, conferem a essa cidade [Juiz de Fora], à beira do Paraibuna, próxima à fronteira do Rio de Janeiro, destaque sobre o resto da província. É natural, portanto, que essa produção, oriunda também de pequenas fazendas, tivesse como escoadouro natural de sua comercialização a praça do Rio de Janeiro. O município era, então, tido com razão, como o maior centro agrícola, industrial e financeiro de Minas. Natural, portanto, que a atividade agrícola criasse uma nobreza e uma aristocracia numerosa de que foram elementos representativos: o Barão,

depois Visconde de Monte Mário, Marcelino de Brito Pereira de Andrade, estabelecido na fazenda Piedade, próxima à estação de Sossego, e o Barão de Santa Helena – José Joaquim Monteiro da Silva, com sua fazenda que deu nome ao título nobiliárquico. (BASTOS, 1997, p. 8)

Pedro Nava cita o Visconde de Monte Mário em *Balão Cativo*, na passagem em que descreve o regime doméstico de trabalho abusivo ao qual D. Maria Luísa e sua irmã, D. Regina Virgilina (1840-1915), mantinham as “crias da casa”. O memorialista assinala a sobrevivência do passado transmitido por meio da memória popular, implícita no comentário sobre a opinião das irmãs:

Imagine-se agora o que deveria ter sido, para os escravos, aquele Coronel Marcelino de Brito Pereira de Andrade de quem as duas reprovavam as crueldades, inclusive o caso do negro jogado dentro do funil da moenda e morrendo engastalhado, afogando devagar no jorro, os pés aflitos aparecendo no buraco, batendo e depois pendendo inertes na espaldana que martelava a roda do engenho. Pois assim como assim esse sinhô tinha seus momentos de filantropo e era pródigo em donativos às santas-casas, razão por que Dom Pedro II, em 1886 e 1889, fê-lo Barão e Visconde de Monte-Mário. (NAVA, 1977, p. 4)

Houve entre os barões do café, segundo Isabela Torres de Castro Innocencio (2015, p. 128), o “processo de encaminhamento do trabalho escravo para o livre”, como mecanismo de controle social e de aproveitamento da mão de obra escrava existente. Assim, os escravos libertos pela Condessa do Rio Novo fixaram-se em terras administradas pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, na condição de colonos-parceiros. Para Innocencio (2015, p. 128): “Com o fim da escravidão, originou-se a ‘servidão’, consistindo o sistema de parceria no aspecto mais expressivo desse sistema de exploração. Foi nesse contexto que os libertos se inseriram”. Mudar as condições de vida dos libertos nas cidades, porém, não era um projeto de toda a sociedade:

Descendente de uma família cidadina, filho de um comerciante liberal, meu Pai assim que conheceu melhor a sogra rural, escravocrata, dominadora e violenta, tomou-lhe horror. Protestou logo contra a pancadaria, a palmatória e marmeleiro a que Inhá Luísa submetia as numerosas crias que tinha dentro de casa e achou ruim esse *ersatz* da escravidão. Abolida esta e não se podendo mais comprar o negro, as senhoras de Minas tomavam para criar negrinhas e mulatinhas sem pai e sem mãe ou dadas pelos pais e pelas mães. Começava para as desgraçadas o dormir vestidas em esteiras postas em qualquer canto da casa, as noites de frio, a roupa velha, o nenhum direito, o pixaim rapado, o pé descalço, o tapa na boca, o bolo, a férula, o correão, a vara, a solidão. (NAVA, 1974, p. 259, grifos do autor)

Ao analisar processos de tutela de crianças afrodescendentes no final do século XIX, em Juiz de Fora, Elione Silva Guimarães (2006, p. 132) notou um fator comum entre os processos:

[...] a falta de oportunidade dos pais e/ou mãe de cuidarem de seus filhos, vendo-se na eminência de entregá-los a terceiros, onde estariam sujeitos a maus tratos e castigos e a necessidade de empregá-los, para sustento próprio e, quem sabe, auxílio à manutenção do grupo.

Guimarães (2006, p. 133) recorreu às *Memórias* para lembrar que, nos anos que se seguiram à Abolição, “[...] a prática de ‘criar’ crianças pobres, majoritariamente afrodescendentes, legal ou consensual, permaneceu”. Pajear, como bás e amas, os filhos e netos das sinhás, era um dos trabalhos dessas meninas e jovens órfãs, várias delas recordadas por Pedro Nava (1974, p. 234): “Da casa de meu Pai, na Rua do Comércio e do seu sobrado, à Rua do Imperador, não tenho senão a impressão renovada e sempre atual de duas fotografias amareladas. Na da primeira, estou no meio da molecada da rua, junto com a negra sem nome, que devia ser minha ama”.

A posição no regime de trabalho doméstico dos irmãos Osório e Emilieta, provavelmente órfãos de mãe, ilustra a perspectiva e as aspirações sociais do

pensamento conservador e liberal, este último, defendido pelo Dr. José Nava, “incompatível com a sogra” D. Maria Luísa, “grande disciplinadora de negrinhas”. Pedro Nava (1974, p. 106-107) assinalou claramente tal contraste: “O Osório era copeiro em casa de Meu pai e sua irmã Emilieta, cria de minha avó materna. Quando eram meninos, no Piau, tinham de atravessar a mata para chegar à escola. [...] De outra vez os dois iam perdidos na noite, com o pai”. Ainda que o trabalho de Osório fosse remunerado e reconhecido pelos Nava, tanto ele como sua irmã Emilieta ainda dependiam dessas famílias.

Considerações finais

Ao se promover uma abordagem comparativa das narrativas sobre a escravidão nas *Memórias* de Pedro Nava, a partir do lugar histórico de Juiz de Fora, considerado, segundo Cláudio de Albuquerque Bastos (1997, p. 8), “o maior centro agrícola, industrial e financeiro de Minas”, é possível interrogar certos processos de adaptação da mão de obra escrava às políticas sociais e econômicas que se apresentaram na segunda metade do século XIX. Libertos, muitos escravos não podiam arcar com a própria sobrevivência, e permaneciam junto a seus antigos senhores:

Porque o Luís da Cunha continuava na chamada “casa do meio” – com sua chácara, com suas frutas e com sua mulata. Como sempre, seu almoço era em casa da filha que tinha uma escrava, Ana, cujo único ofício era cozinhar para o pai. Ele só tolerava o tempero da Laura e as gorduradas dessa negra, como também só admitia ser copeirado por um filho dela, moleque conhecido como o *Ventre Livre*, pois nascera já na vigência da Lei Rio Branco. Não era escravo, mas vivia como tal na casa dos meus avós, preso que era à mãe cativa. Não tinha salário. Comia, vestia e apanhava de graça. (NAVA, 1974, p. 194-195, grifos do autor)

As representações de afrodescendentes escravos e libertos no ambiente escravagista podem ser discutidas por meio da análise histórica, literária e sociológica de relatos de vida biográficos e autobiográficos – planos confluentes nas *Memórias*. Questões éticas associadas à descrição dos ambientes permeáveis a outras formas de convívio, que priorizam o respeito mútuo, denotam mudanças incipientes na integração do trabalho de ex-escravos ao cotidiano da família Nava:

Ele é quem preparava, à hora do almoço, a garrafa de *siphon* revestida de sua cerclagem metálica [...] e, para experimentar a pressão e oferecer-me uma antevisão dos *gags* chaplineanos, dava um pequeno esguicho nas pernas do moleque Osório que arrumava os talheres. [...] Lembro bem do drama de um camundongo apanhado numa ratoeira e que era preciso abater. Minha Mãe recusou-se. A cozinheira, a arrumadeira e o Osório abstiveram-se. (NAVA, 1974, p. 236-237, grifos do autor)

Entre as passagens biográficas mais poéticas de *Bau de Ossos* estão as páginas dedicadas pelo autor a uma das bás, figura marcante nas recordações de infância de Pedro Nava (1974, p. 238): “Chamava-se Rosa porque era uma rosa, Rosa de Lima porque santa seria e benta porque era filha do Bento, negro do Bom Jesus que matara e cumpria pena. Por isso a Rosa fora entregue à minha avó”, assim como Evangelina Berta e outras crias da casa. Pedro Nava (1974, p. 243) descreveu o reencontro com Rosa na cidade do Rio de Janeiro: “Anos depois ela me descobriu na Rua da Glória e veio me visitar. Estava gorda, mãe de família e dera para beber”. Nas *Memórias*, o impacto de situações traumáticas sobre gerações de crianças descendentes de escravos surge retratado em histórias de vida e testemunhos que ampliam o significado de fontes como os documentos analisados por Adriana Dantas Reis (2012) e Elione Guimarães (2006):

As tutelas de órfãos que receberam legados geralmente estão juntadas nos inventários *post mortem* da pessoa

que realizou a doação. Outras vezes encontramos os processos de tutelas (mesmo o de tutelas testamentárias) apartados dos inventários. Nestes documentos o historiador pode acompanhar por algum tempo os destinos destas crianças e das pessoas mais próximas a elas, como seus pais. (GUIMARÃES, 2006, p. 180)

As *Memórias* contribuem para a pesquisa das representações contemporâneas desse passado trágico, apreendido em “fotografias amareladas”; na “lenda cochichada”; no inventário que impressionou Pedro Nava (1974, p. 134-135) pela referência a “cinco palmatórias usadas”: “O inventário de Dona Doroteia, com sua minúcia, permite levantar a estatística racial dos seus escravos”, bem como em livros de contas: “Minha avó escriturava. É pelo seu livro que sabemos os nomes das molecas suas crias, das criadas, dos camaradas e até das vacas” (NAVA, 1974, p. 204). O autor deixou microbiografias de algumas “molecas”, como Evangelina Berta (Catita):

A Catita, essa, era menina. Iria pelos seus sete anos e regulava com meu irmão José. [...] fora posta pela mãe, dormindo, num trilho da Piau. Fica quieta, bem. Quietinha, fecha o olho, dorme, que já volto. Mas o diabinho acordou, levantou, saiu e ainda foi jogado contra o barranco pelo vento da locomotiva que passava bufando. Vieram entregá-la em nossa casa. Não escaparia da tragédia e envenenou-se, muitos anos depois, em Belo Horizonte. (NAVA, 1977, p. 4)

Tendo por fonte primária *Baú de Ossos* e *Balão Cativo*, volumes iniciais das *Memórias* de Pedro Nava, este artigo analisou a presença de escravos e descendentes de escravos no regime doméstico da família do memorialista, com o objetivo de mostrar que o fim do tráfico negreiro, a abolição da escravidão e o incremento das políticas imigrantistas não extinguiram o trabalho escravo. Reintegrados à rotina familiar, escravos adultos “libertos” permaneciam como criadas, copeiros e cozinheiras. Já as crianças, principalmente “negri-

nhas” e “molecas”, eram adotadas, tornavam-se “crias da casa”: “Elas carregavam menino, traziam água, varriam aqui, espanavam ali, serviam mesa, apanhavam fruta, lavavam roupa, quebravam louça” (NAVA, 1977, p. 5). A adoção dessas crianças, segundo Guimarães (2006, p. 133), atendia à demanda por mão de obra a baixo custo, em virtude das consequências políticas, econômicas e sociais do pós-abolição.

James Sharpe (1992, p. 41) ressaltou o valor de fontes como diários e memórias, uma vez que: “[...] quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição”. Pedro Nava revelou muita informação sobre a rotina de escravos e ex-escravos no convívio com sua família. As histórias da escravidão que o escritor ouviu contar em sua família paterna e materna, além de suas próprias lembranças e considerações pessoais, permitem ao pesquisador das *Memórias* divisar novas fontes de investigação sobre a vida de afrodescendentes à época colonial e pós-colonial, pessoas até então anônimas para a historiografia. Assim sendo, o estudo das *Memórias* revelaria patrimônios e processos memoriais, oficiais e populares, a partir de ligações históricas.

Referências

A CONFEDERAÇÃO abolicionista ao independente eleitorado do terceiro Districto da Corte. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, p. 1, 25 nov. 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/226688/per226688_1884_00275.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

ARAÚJO, Olívio Tavares. A busca de si mesmo: transformado em best seller, o escritor fala de seu mundo e suas Memórias. *Veja*, São Paulo, n. 293, p. 3-6, 17 abr. 1974.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Instituições financeiras de Minas, 1819-1995*. Belo Horizonte: Embalar, 1997.

BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo: [S. n.], 1951.

CANDIDO, Antonio. Poesia e ficção na autobiografia. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 51-69.

CARVALHO, Daniel. *De outros tempos: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

CHAVES, José Adjuto Castelo Branco. *Memorialistas portuguesas*. Amadora: Livraria Bertrand, 1978.

CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DINES, Alberto; ZIRALDO. Pedro Nava no viço de seus 78 anos: lembrar dói e incomoda. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 635, p. 11-15, ago./set. 1981.

FARIAS, Airton de. *História da sociedade cearense*. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 141-188.

FIGUEIREDO, Luciano. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 35-51.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

GERSON, Brasil. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume, 2006.

HOLANDA, Heloisa Buarque de; QUEIROZ, Rachel de. *Matriarcas do Ceará: Dona Federalina de Lavras*. Rio de Janeiro: CIEC, 1990.

INNOCENCIO, Isabela Torres de Castro. *Memória de afrodescendentes no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MACEDO, Dimas. *Dona Fideralina Augusto: mito e realidade*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2018.

MACEDO, Joaryvar. *Desafio*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1988.

MARTINS, Antônio. *O Ceará*. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1945.

MENEZES, Thiago de. *Uma vida só não basta*. São Paulo: Selo Editorial, 2015.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.

NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

NAVA, Pedro. Cem anos cravados na memória? [Entrevista cedida a] Edina Panichi. *Folha de Londrina*, Londrina, 4 jun. 2003 [8 set. 1983]. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/cem-anos-cravados-na-memoria-449186.html>. Acesso em: 23 maio 2020.

PANICHI, Edina *Processos de construção de formas na criação: o projeto poético de Pedro Nava*. Londrina: Eduel, 2016.

PANICHI, Edina; CONTANI, Miguel L. *Pedro Nava e a construção do texto*. Londrina: Eduel, 2003.

PESSOA, Thiago Campos. E depois da “Lei Eusébio”? Reprodução da escravidão e seus limites em um complexo de fazendas do vale do café (Rio de Janeiro, c. 1864-1888). *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 465-489, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101x01803602>. Acesso em: 2 abr. 2020.

REIS, Adriana Dantas. Mulheres “afro-ascendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 24-34.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SHARPE, James. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 39-62.

SOUZA, Laura de Mello. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

STUDART, Guilherme. *Dicionário bio-bibliográfico cearense*. Fortaleza: Edições UFC, 1910.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1980. v. II.

Recebido em: 07 de abril de 2020

Aprovado em: 13 de agosto de 2020